

CRESCEM AS MOBILIZAÇÕES CONTRA O GOVERNO DILMA

Retomar a luta e barrar os ataques aos servidores



Editorial: Muda Condsef, a base é quem decide (Pág. 2)

O Trabalho “indecente” dos servidores do MTE (Pág. 6)

Campanha Salarial: Servidores buscam alterações no PL 2203/2011 (Pags. 4 e 5)

JORNAL DO

SINDSEF

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

125

SETEMBRO 2011

CSP
Condições
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

FILIADO À CONDSEF

www.sindsef-sp.org.br



Muda **CONDSEF** - A base é quem decide!

“Se não nos deixam sonhar, não os deixaremos dormir!”

(Palavra de ordem do movimento dos Indignados na Espanha)

Um novo momento na luta de classes!

2011 Os efeitos da crise econômica mundial se aprofundam e os trabalhadores resistem ao sacrifício imposto pela burguesia, que faz de tudo para salvar os lucros dos grandes especuladores e banqueiros internacionais. O desemprego cresce, a dívida pública explode e os EUA travam uma guerra cambial com o resto do mundo...

Frente a um cenário tão desolador, é preciso fazer algumas perguntas: é possível, por meio da nossa luta, superar a crise construindo uma sociedade mais justa, em que não haja a exploração do homem pelo homem? Acreditamos que sim, é possível! E a Europa e os países árabes têm dado exemplos do que são capazes os trabalhadores quando dispostos a lutar.

No Brasil, não pode ser diferente!

É preciso romper as amarras que dificultam nossa luta. Ao longo de todo o governo Lula, assistimos à cooptação de organizações da classe trabalhadora, especialmente a CUT. O presidente se sentiu no direito de falar em nome dos pobres, a quem oferecia o Bolsa Família, uma política compensatória idealizada pelo Banco Mundial. Política que serve para não fazer reforma agrária, não gerar

empregos e não aumentar os salários.

Nós, do Sindsef-SP, lutamos para construir organizações que sejam verdadeiros instrumentos de luta, e não intermediários num cenário de conciliação de classes. Tivemos sempre clareza de que o governo Lula representava os interesses da burguesia. E não aceitamos que os patrões falem em nome da classe trabalhadora!

Neste primeiro ano de governo Dilma, continuísmo disfarçado de “gestão técnica”, mas com profundos ataques aos nossos direitos, estivemos presentes na construção da Jornada Nacional de Lutas, junto com setores de esquerda ainda combativos. Marchamos em Brasília com nossas bandeiras históricas, as quais nunca abandonamos. A CUT, ainda majoritária no movimento sindical, esteve ausente, preocupada que estava em defender o governo e não os interesses concretos dos trabalhadores.

A **CONDSEF** tem de ser um instrumento de luta!

A direção da entidade errou na condução da Campanha Salarial 2011. Deixou-se enrolar pelo governo, sem mobilizar a base e chamar uma greve em tempo hábil. Às vésperas da data-limite para envio do projeto de lei orçamentária ao Congresso, o Ministério do Planejamento apresentou uma

PRESTAÇÃO DE CONTAS - AGOSTO 2011

SALDO INICIAL	R\$ 24.015,00
TOTAL DAS RECEITAS	R\$ 203.260,53
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO	R\$ 30.254,36
FUNCIONÁRIOS	R\$ 53.833,17
SINDICAL	R\$ 42.190,98
CONTRATOS / PREST. SERV.	R\$ 28.389,75
IMPrensa	R\$ 14.583,90
CORREIOS	R\$ 7.404,08
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	R\$ 23.224,43
VEICULO	R\$ 1.715,96
TELEFONES	R\$ 4.158,65
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 205.755,28
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ - 2.494,75
SALDO FINAL	R\$ 20.266,68

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

proposta aviltante: não repõe sequer a inflação, incide apenas sobre as gratificações e só começa a valer em julho de 2012!

A proposta não foi encaminhada para discussão na base. Ou seja, a base não teve a oportunidade de decidir os rumos da negociação. Foi discutida apenas em plenária nacional. E, mesmo tendo sido rejeitada, a direção

da Condsef a referendou dias depois, assinando acordo com o governo. Democracia zero!

Não podemos permitir que aconteça com a CONDSEF o mesmo que aconteceu com a CUT: sua conversão em um anteparo entre os trabalhadores e os patrões. É nossa responsabilidade construir uma confederação autônoma, classista e de luta!

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - e-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br

Jornalista responsável: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) - Estagiário: Felipe Nascimento - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Fábio Fernando - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



Inflação, enriquecimento de banqueiros e empresários

Medidas do governo reforçam o apoio aos empresários e o descaso com o funcionalismo

○ Governo usa a crise econômica internacional como desculpa para congelar os salários do funcionalismo. É uma vergonha a forma intransigente como os servidores foram tratados durante a última campanha salarial. Dilma sacrifica o serviço público, economizando dinheiro para continuar garantindo os lucros astronômicos dos empresários e banqueiros. Os empresários foram presenteados, recentemente, com um pacote bilionário de incentivos e isenções fiscais. Os banqueiros seguem engordando seus cofres, com altas taxas de juros, as maiores do mundo, o que possibilita que tenham lucros de 112% ao ano. Somente em 2010 receberam R\$ 146 bilhões de reais com o pagamento da dívida do Estado. Os trabalhadores já começam a sentir o peso da inflação. Levantamentos do IBGE mostram que o custo de vida ficou mais caro nos últimos meses. Cerca de 64% dos preços analisados tiveram aumento. Só a inflação dos alimentos representa 45% do IPCA. Com a inflação, o mau uso do dinheiro público e o enriquecimento cada vez maior de banqueiros e empresários, é vergonhoso e chega a ser desconcertante que o salário mínimo no Brasil continue sendo R\$ 545,00, que existam filas intermináveis nos hospitais, que as escolas estejam sucateadas e que os ônibus, trens e metrô sejam tão caros e sempre tão lotados.



E a corrupção rola solta no Congresso e nos Ministérios

Não bastasse que o mau uso das verbas públicas nos causasse tanta indignação, é revoltante ver estampada diariamente na mídia a apropriação do dinheiro público por políticos insaciáveis, para alimentar cada vez mais a corrupção. A Folha de São Paulo noticiou que, nos últimos anos, foram desviados 40 bilhões somente em recursos federais, dinheiro que deveria ser investido em saúde, moradia, educação, salários dignos para os servidores, novos concursos públicos, etc.

Somente nos primeiros meses de seu governo, a presidente Dilma se viu obrigada a exonerar 5 ministros envolvidos em escândalos. Quantos mais ainda serão necessários exonerar? Quem será a próxima bola da vez? Não é suficiente apenas exonerar, é preciso punir esses corruptos com algumas medidas emergências:

- ⇒ *Demissão de todos os ministros, parlamentares e funcionários envolvidos em casos de corrupção.*
- ⇒ *Cassação dos mandatos e prisão de todos os corruptos.*
- ⇒ *Devolução do dinheiro aos cofres públicos e confisco dos bens de todos os corruptos e corruptores.*
- ⇒ *Apuração total e independente (com comissões formadas por entidades reconhecidas dos movimentos sociais) de todos os casos de corrupção.*
- ⇒ *Que os servidores sejam estimulados a fazerem denúncias, sem sofrerem ameaças e retaliações, através de assédio moral e processos administrativos.*

É preciso que os trabalhadores e a sociedade de um modo geral pressionem, seja nas ruas, ou nos locais de trabalho, para que o Governo redefina suas prioridades e investimentos, beneficiando a maioria da população com o aumento de verbas para os serviços públicos, gratuitos e de qualidade!

Enquanto isto, na grande imprensa

Jornal do Comércio – 3/10/2011

Cláudio Humberto

Fusão de ministérios

O governo Dilma estuda a fusão dos ministérios da Previdência e do Trabalho, com o objetivo de racionalizar custos e dar dimensão realista às respectivas áreas. Comandada por Carlos Lupi, a pasta do Trabalho foi esvaziada e perdeu a importância, mas custa caro ao contribuinte: seu orçamento anual é de R\$ 38,1 bilhões. O orçamento anual do Ministério da Previdência é bem maior: totaliza R\$ 209,6 bilhões. As duas áreas já foram unidas, sob a denominação Ministério do Trabalho e Previdência, de 1960 a 1974 e entre 1990 e 1992. Carlos Lupi tenta segurar o emprego prometendo se demitir em março do ano que vem. O Palácio do Planalto acha tempo demais. O ministro do Trabalho de fato é o secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, que define política e negocia com centrais sindicais.



Servidores buscam alterações no PL 2203/2011

CONDSEF precisa fortalecer a luta para garantir as modificações no PL

As mobilizações em busca de alterações no PL 2203/2011 estão aumentando. Depois da repercussão negativa na base após a assinatura do acordo com o governo, a CONDSEF está tentando correr atrás do prejuízo.

No decorrer do mês de setembro a Confederação esteve na Secretaria-Geral da Presidência da República, no dia 20 e na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, nos dias 28 e 29. Além disso, procurou apoio político do ministro Gilberto Carvalho. O objetivo da entidade é discutir correções urgentes no PL 2203/11.

Após uma análise mais profunda, foram detectados alguns problemas que vão além do reajuste rebaixado. O PL esconde algumas pegadinhas prejudiciais aos servidores. Frente à insatisfação crescente diante da assinatura de um acordo salarial, onde o que prevaleceu foi interesse do governo federal, a CONDSEF precisa apresentar respostas para a base.

Tudo indica que o governo não se sensibilizou com os apelos da Confederação. Pelo resultado da reunião com o Planejamento, o que vem por aí são, as já conhecidas, rodadas de negociações vazias. Duvanier definiu uma série de reuniões para os próximos dias.

Servidores do INCRA e do IPEN querem modificações no Projeto

O Sindsef-SP tem realizado assembleias em diversos setores da categoria. No INCRA/SP os servidores repudiaram veementemente o acordo.

Eles se somaram aos trabalhadores das Superintendências Regionais do Paraná e Minas Gerais, que também se manifestaram contrários ao ridículo reajuste e exigem a retirada do Termo de Acordo Nº 10/2011, do já referido projeto de Lei Orçamentária que tramita no Congresso Nacional.

No IPEN/SP foi feita paralisação de 48 horas pela retirada dos artigos 86, 87 e do inciso 1º do artigo 101, que alteram a gratificação de insalubridade e periculosidade na administração pública federal. Este assunto não foi apresentado pelo governo em nenhuma mesa de negociação. (leia mais na página 5).

Questionado, o secretário de recursos humanos, Duvanier Paiva, informou à CONDSEF que será feita uma oficina para tratar sobre adicionais de insalubridade e periculosidade e aprofundar o debate sobre o tema.

Novas assembleias estão marcadas para os próximos dias quando o assunto voltará à discussão.

O Caminho é a MOBILIZAÇÃO

O Sindsef-SP espera que a Confederação não repita o erro que desencadeou este projeto de lei tão prejudicial aos servidores. Não é possível apenas depositar confiança no governo para que haja modificações no texto do PL 2203/11.

O caminho é a mobilização. É preciso organizar a categoria para pressionar o governo a promover as alterações necessárias neste projeto de lei.





Servidores do IPEN/SP paralisam atividades por 48 horas

A mobilização foi contra o PL 2203/11, que altera o Adicional de Radiação Ionizante

Os servidores do IPEN/SP (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares do Estado de São Paulo) fizeram uma paralisação nos dias 21 e 22 de setembro. O objetivo foi protestar contra os artigos do PL 2203/11, que altera a legislação de insalubridade, periculosidade e radiação ionizante. Aderiram ao movimento trabalhadores de Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O governo pregou uma peça nos servidores. Além de impor um acordo salarial que não atende as reivindicações da categoria, é preciso ter cuidado com o texto que foi remetido ao Congresso. Os artigos 86, 87 e o inciso 1º do artigo 101 do referido Projeto de Lei, acabam com o adicional de periculosidade e insalubridade na administração pública federal, o que acarretará prejuízos financeiros aos trabalhadores.

Pegadinha

Com a alteração, os adicionais passariam a ter valores fixos nos graus mínimo, médio e máximo de R\$ 100, R\$ 180 e R\$ 260, respectivamente, no caso de insalubridade e R\$180 no caso de periculosidade. Os servidores que recebem valores superiores a esses, como é

o caso do IPEN/SP, passam a receber a diferença como Vantagem Pessoal.

Ao ler detalhadamente o PL a coisa é ainda pior. O valor dessa “Vantagem Pessoal” é fixo e conforme o servidor tiver promoção, progressão ou qualquer reajuste salarial esse valor vai reduzindo gradativamente e com o tempo, a “vantagem” deixará de existir. Além disso os impactos financeiros previsto neste PL são para julho de 2012, mas a alteração nos adicionais de periculosidade e insalubridade começa a vigorar quando a lei for assinada.

Acordo?

Vale lembrar que essas mudanças não foram mencionadas durante as negociações. O governo, não contente com o reajuste aplicado, resolve desferir um golpe ainda mais letal.

O servidor do IPEN, Hidetoshi Takiishi, dirigente do Sindsef-SP e da Assipen, afirmou que as mobilizações vão continuar. “Exigimos que o Presidente da CNEN e o Ministro de C&T atuem em defesa dos servidores. Continuaremos pressionando para que sejam retirados os artigos do PL, que nos prejudicam, não vamos esmorecer”, disse.



Foto: Assipen

A paralisação foi aprovada por ampla maioria, durante assembleia que reuniu cerca de 200 servidores

Íntegra do artigo

DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE

Art. 86. A Lei no 8.112, de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 68. Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres, perigosos ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas, ou com risco de vida, fazem jus a um adicional, conforme os valores abaixo: I - grau de exposição mínimo de insalubridade: R\$ 100,00; II - grau de exposição médio de insalubridade: R\$ 180,00; III - grau de exposição máximo de insalubridade: R\$ 260,00; IV - periculosidade: R\$ 180,00.

Art. 87. Caso o disposto nesta seção acarrete redução do valor global da remuneração total de ser-

vidor ativo que, na data de entrada em vigor desta Lei, vinha recebendo adicional de insalubridade ou de periculosidade, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada de, conforme o caso, adicional de insalubridade ou de periculosidade, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, sem prejuízo da supressão imediata na hipótese do art. 68, § 2º, da Lei no 8.112, de 1990.



O trabalho “indecente” dos servidores do MTE

Ministro Carlos Lupi adota política que contribui para o esvaziamento do órgão

A Organização Internacional do Trabalho conceitua Trabalho Decente como “trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho”.

No Brasil, a promoção do Trabalho Decente passou a ser um compromisso assumido entre o Governo e a OIT, a partir de junho de 2003, através da assinatura do Memorando de Entendimento pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva e pelo Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia.

Ironia

Ironicamente, o Ministério competente para coordenar a promoção do Trabalho Decente é justamente aquele que submete os seus servidores às condições de trabalho cada vez mais precárias, a falta de infraestrutura adequada dos prédios, escassez de treinamento com políticas de capacitação e, sem contar, a menor renumeração da Administração Pública Federal.

A situação chegou a tal ponto que, em busca de um trabalho mais digno, os servidores administrativos do M.T.E fizeram seis meses de greve, sendo que ao final deste período, obtiveram do STJ o reconhecimento da legalidade da mobilização e a legitimidade da pretensão do plano de carreira específico.

Portaria do MTE limita participação de servidor em atividades sindicais

Só para se ter uma ideia, logo após o encerramento da greve, o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi editou a portaria nº. 2.551, criando obstáculos para a participação dos servidores em eventos e atividades promovidos



pelas entidades sindicais, limitando a participação, por ano, em 5 dias, para eventos promovidos por entidades de classe regionais/estaduais e em 10 dias para os eventos promovidos por entidades de classe de âmbito nacional, incluindo o período de deslocamento.

Com isso, o Governo se esqueceu de que um dos fundamentos do Trabalho Decente é justamente a liberdade de associação e de organização sindical, conforme preceitua as Convenções 87 e 98 da OIT.

Acordo prejudicial

Em Junho, a CONDSEF e a CUT firmaram com o MTE (Ministério do Trabalho e Planejamento) e o MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento

e Gestão), um acordo de reposição de greve prejudicial para a categoria, sem ao menos atrelar qualquer compromisso do Governo de implantar o plano de carreira ou de manter um calendário de negociações. Cabe registrar que foi justamente esta falta de compromisso da Administração que ensejou um movimento paredista tão longo.

Salienta-se que este acordo de reposição fere, a olhos vistos, o princípio da dignidade da pessoa humana, ao expor os servidores a jornadas excessivas de trabalho por um longo período de tempo, tendo em vista, a grande quantidade de horas para a compensação. Ao permitir a prática exagerada de horas extras, o Governo fecha os olhos para as consequências do estresse físico e mental dos trabalhadores.

A questão da reposição ganha contornos mais graves quando se considera fatores como a péssima estrutura dos prédios do órgão, a carência de pessoal, o aumento das denúncias de casos de assédio moral, a falta de política adequada para segurança e a saúde ocupacional dos servidores. Aliás, o descaso

é tão grande que na maior Superintendência Regional do Trabalho do país, a SRTE/SP, não há médico para prestar atendimento.

Sem contar que o Governo afronta o princípio da isonomia salarial, ao consentir que os agentes administrativos do M.T.E recebam o menor salário da Administração Pública Federal, mesmo exercendo cargos e atribuições com a mesma complexidade que os servidores de outros órgãos.

Baixos salários leva a evasão dos novos servidores

O resultado deste abismo salarial é o alto índice de evasão dos novos concursados, em busca de melhores salários e condições de trabalho. Cabe registrar que cerca de 80% dos recém-concursados já pediram exoneração.

Para piorar, a portaria nº 39/2011, publicada pelo Ministério do Planejamento, suspendeu as convocações de novos servidores e a realização de concurso público. Isto significa que o quadro do M.TE, já defasado pelas constantes exonerações e aposentadorias, não será reposto, prejudicando a qualidade do atendimento à população.

Enquanto isso, o Ministro Carlos Lupi corrobora toda esta política de esvaziamento, tomando medidas que incentivam a saída de servidores e se omitindo quanto à falta de estrutura do órgão.

Diante de toda esta situação, surge a seguinte pergunta: **Como o Ministério do Trabalho, que trata tão mal seus servidores, pode coordenar a promoção do trabalho decente?**

Leia a matéria completa no site (www.sindsef-sp.org.br)



IBAMA - Dirigente sindical sofre **perseguição**

Governo deveria investigar e punir os corruptos que causam prejuízos aos cofres públicos

○ Sindsef-SP denunciou, durante a reunião do Conselho Deliberativo da Condsef, a abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD), contra o dirigente sindical e servidor do IBAMA, Carlos Daniel Gomes Toni.

Sob a alegação de “forte suspeita de vazamento de informações à mídia”, fica claro que a instauração deste processo é mais uma tentativa de perseguir politicamente dirigentes sindicais. O que já está se tornando rotina neste governo.

O que os servidores devem fazer? Se calar diante de casos e mais casos de irregularidades? Todos os dias inúmeras denúncias de cor-

rupção e mal uso do dinheiro público são estampadas nas páginas dos jornais. Não será perseguindo os servidores que o governo conseguirá esconder estes casos. Ao contrário, se eles querem realmente realizar uma “faxina”, deveriam fazer um chamado para que os servidores denunciasses todas as irregularidades que presenciarem!

Pelo direito de opinião

As perseguições têm de ser feitas contra os corruptos e não contra servidores que não compactuam com irregularidades no serviço público. Pelo mais amplo e irrestrito direito de opinião e manifestação!



Carlos Daniel, diretor do Sindsef-SP, fala para os participantes da Plenária Nacional da CONDSEF realizada em abril/2011

Sindsef-SP reúne CDE

Confirmada plenária estatutária para novembro

○ Sindsef-SP reúne seu Conselho Deliberativo (CDE), no dia 7 de outubro, para discutir a atuação da entidade nas atividades do próximo período. Na parte da manhã o Ilase (Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos) realiza palestras sobre a História do Movimento Sindical e a Luta Contra a Burocratização.

Depois, entra em debate a proposta de tese para a Plenária Estatutária da CONDSEF, prevista para abril de 2012.

Já o Sindsef-SP realizará sua plenária nos dias 18 e 19 de novembro de 2011. Ainda na parte da tarde, o CDE avalia a Campanha Salarial e da Campanha de Recadastramento e Filiação.

Acompanhe em nosso site (www.sindsef-sp.org.br) o ca-

lendário de assembleias para eleger os delegados que participarão da plenária.

Formação política e sindical

A diretoria do Sindsef-SP tem investido em curso de formação política e sindical para os dirigentes, delegados sindicais e funcionários da entidade.

Visite o novo site:
www.sindsef-sp.org.br





Sindsef-SP inaugurou seu primeiro núcleo regional

A sede será mais um instrumento a serviço da categoria

A diretoria do Sindsef-SP vem adotando importantes iniciativas para transpor as dificuldades encontradas no envolvimento dos trabalhadores e trabalhadoras na luta sindical. A intenção é cumprir com uma das propostas de campanha, o fortalecimento do trabalho de base.

No primeiro semestre deste ano houve eleição de delegados sindicais e distribuição de cartilha ilustrada, onde é abordada a importância da organização nos locais de trabalhos. Dando continuidade a este processo foi inaugurada, no dia 24 de setembro, a sede regional do Sindsef-SP na cidade de Pirassununga, interior do Estado.

A nova sede ficou lotada. Emocionadas, as dirigentes Clarice de Freitas e Deolinda Fernandes afirmaram que pretendem utilizar o espaço para mobilizar os servidores. Ali serão realizadas reuniões para organizar as lutas, palestras, cursos e atividades culturais.

Dr. Cesar Lignelli, advogado, fez uma explanação sobre o suporte oferecido pelo Depto. Jurídico do Sindsef-SP. Falou sobre o plantão a ser realizado em Pirassununga e sobre as principais ações do sindicato.

A primeira palestra realizada no núcleo foi sobre o papel histórico dos servidores e a sua luta

pela organização sindical. O Ilase (Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos) convidou o servidor Paulo Barela, membro da direção nacional da CSP-Conlutas e responsável pelo Setorial do Funcionalismo da Central, para falar sobre o tema.

Os servidores podem agendar o atendimento pelo telefone (19) 3562-7294. O endereço é Rua Duque de Caxias, 1501, sala 9, Edifício Pioneiro, Centro – Pirassununga.

Frequentar a sede é uma maneira de fortalecer este importante instrumento de defesa de seus interesses.



O Núcleo de Pirassununga fica no Edifício Pioneiro (Rua Duque de Caxias, 1501, sl 9, Centro)



Momento de descontração durante a inauguração

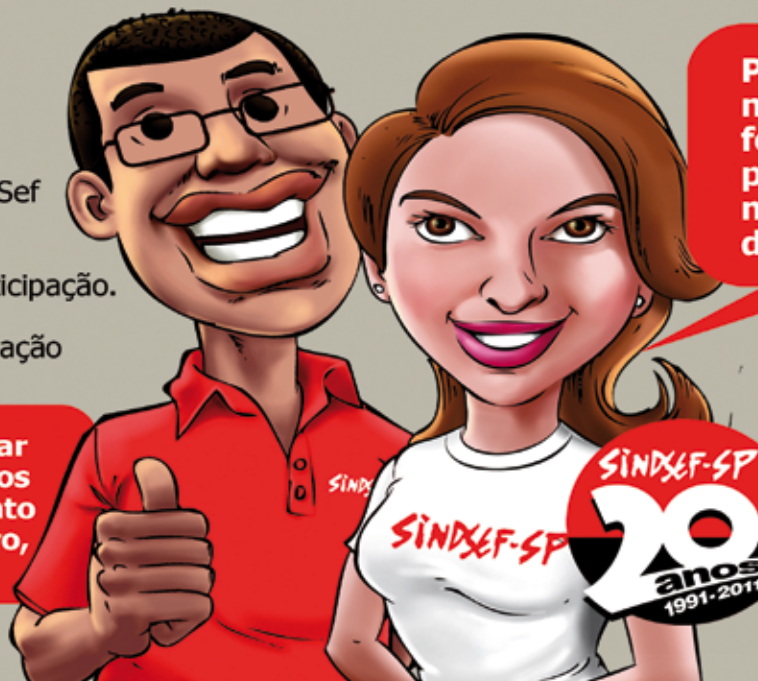
A Campanha de Recadastramento e Filiação está rolando

Já foi realizada em quatro órgãos: SRTE, IPEN, DNPM e FUNDACENTRO

Até o final de outubro, a Sind e o Sef (nossos personagens) estarão visitando outros órgãos levando a campanha para facilitar a sua participação. Compareça ao stand do Sindicato para preencher o formulário de filiação ou de recadastramento*.

Quem se filiar ou se recadastrar durante a campanha nos órgãos ganha um kit em agradecimento e ainda concorre, em dezembro, ao sorteio de um note book.

(*) Leve o seu contracheque, CPF e RG (não precisa tirar cópia)



PRÓXIMOS ÓRGÃOS:

**INCRA,
Ministério da Fazenda,
Ministério dos Transportes
e Aeronáutica**

Participe desse importante momento e ajude a fortalecer o seu Sindicato para que possamos trabalhar mais e melhor em defesa dos seus direitos.

A campanha está divulgada também no nosso site. Acesse e veja as orientações: www.sindsef-sp.org.br



FILIAÇÃO
COSP